

# ESTRATÉGIA PARA APOIAR UMA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

A AGENDA CLIMÁTICA DEIXOU A ESFERA ESTRITAMENTE AMBIENTAL E INFLUENCIA DIRETAMENTE A COMPETITIVIDADE ECONÔMICA

## Compromissos e metas assumidos pelo Brasil: a NDC brasileira



Reduzir em **37%** as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa até 2025 e em **50%** até 2030 (ano-base 2005)



**Neutralizar** carbono até 2050



Desmatamento ilegal **zero** até 2028

## Brasil: diferencial comparativo



**Matriz elétrica limpa** (84,8% de fontes renováveis)



**Maior biodiversidade** do planeta (15-20% do número total de espécies da Terra)



**Baixa intensidade de carbono** da indústria



**Ampla cobertura florestal** (58% do território nacional)



2º maior produção mundial de **Biocombustíveis**



**Maior disponibilidade hídrica** do mundo (12% das reservas mundiais)

## Avanços setoriais



### ALUMÍNIO

Cerca de **60%** de todo o alumínio consumido no país é reciclado



### CIMENTO

Emissão de GEE **11%** menor que a média mundial do setor



### AÇO

Cerca de **12%** da produção obtida a partir do uso do carvão vegetal (aço com baixa pegada de carbono)



### PAPEL E CELULOSE

Estoque de **4,48** bilhões t de CO<sub>2</sub> equivalente em 15 milhões de hectares de florestas (plantio + conservação)



### QUÍMICA

Redução de **44%** das emissões de GEE nos processos industriais (2006-2016)



### VIDRO

Redução de **100 mil** t de GEE não emitidas por ano, devido à reciclagem de **400 mil** t de vidro

## Principais desafios do país

- Definição de uma **estratégia de país ampla e integrada** para redução de emissões com políticas que criem ambiente favorável para investimentos.
- Estabelecimento de **governança institucional e coordenação de esforços entre governo e setor produtivo** para garantir mais transparência e o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris.
- Elaboração de um **plano de descarbonização para o país** (com participação do setor produtivo e baseado em planos setoriais que considerem suas especificidades).
- Investimentos em **P&D&I visando novas tecnologias de baixo carbono** (como hidrogênio e a captura e armazenamento de carbono).
- Desenvolvimento de uma **infraestrutura urbana apoiada em tecnologias de baixo carbono** (mobilidade, construção, iluminação, saneamento básico, etc.).

## A proposta da indústria

**17 ações**, organizadas em **4 pilares prioritários** a serem desenvolvidas conjuntamente entre governo e indústria.

Objetivo: Acelerar a implementação de programas e tecnologias necessários ao avanço rumo à redução de emissão de GEE, no curto e médio prazos, e à neutralidade climática, em 2050.



# PILAR 1. TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

**PROPOSTA GERAL:** Aumentar o percentual de energias renováveis e biocombustíveis na matriz energética, por meio da manutenção de investimentos em energias renováveis, do fortalecimento do programa de biocombustíveis, e de políticas e investimentos em novas energias, como hidrogênio, captura e armazenamento de carbono (CCS) e eólica *offshore*, a fim de acelerar a transição energética no Brasil.

## AÇÃO 1

### **Apoiar a expansão dos biocombustíveis e o fortalecimento da Política Nacional de Biocombustíveis (Renovabio)**

A CNI vem trabalhando no apoio do fortalecimento do programa através de discussões acerca de tributação de CBios, validade dos créditos e investimentos em biocombustíveis avançados.

## AÇÃO 2

### **Articular maior direcionamento dos recursos de eficiência energética (Procel) para a indústria e aumentar o engajamento da CNI na implementação de programas de eficiência energética**

Desde 2017, a indústria, com apoio da CNI, já implementou mais de R\$ 30 milhões em projetos de eficiência energética, e tem previsto para os próximos anos investimentos da ordem de R\$ 15 milhões, para a melhoria de processos industriais.

## AÇÃO 3

### **Apoiar o governo na construção e implementação de novas regulamentações para acelerar a implementação de projetos de eólica *offshore* no Brasil**

A CNI trabalhará na aprovação de legislação e regulamentação para destravar esses projetos e aumentar os investimentos em novas renováveis.

## AÇÃO 4

### **Promover novas tecnologias limpas, como hidrogênio e CCS**

A CNI atuará na articulação junto ao governo e na identificação de oportunidades para a indústria visando a construção das políticas necessárias para o desenvolvimento dessas tecnologias no país.

## AÇÃO 5

### **Articular políticas públicas para incentivar a produção de energia a partir de resíduos sólidos**

A CNI elaborou um estudo de viabilidade econômica e técnica para uso de Combustível Derivado de Resíduo (CDR) na indústria, e tem acompanhado a regulamentação de normas técnicas relacionadas ao tema.





## PILAR 2. MERCADO DE CARBONO

**PROPOSTA GERAL:** Criar e implementar um mercado regulado de carbono, na forma de um sistema de comércio de emissões, sob o racional *Cap and Trade*, para contribuir com as metas estabelecidas pelo Brasil no Acordo de Paris.

### AÇÃO 1

**Estabelecer um ambiente institucional robusto para a implementação do mercado regulado de carbono com a participação do setor produtivo**

A CNI vem articulando junto ao governo uma proposta de governança com a participação do setor produtivo.

### AÇÃO 2

**Apoiar a aprovação de lei para regulamentar o mercado regulado de carbono, na forma de um Sistema de Comércio de Emissões, sob a ótica *Cap and Trade* no Brasil**

A CNI vem trabalhando para que o Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional seja aprovado e contemple o posicionamento da indústria.

### AÇÃO 3

**Consolidar um sistema robusto de Mensuração, Relato e Verificação (MRV) e articular com o setor produtivo sua implementação**

A CNI vem trabalhando para firmar uma agenda conjunta com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, com o objetivo de desenvolver atividades conjuntas para a implementação da plataforma de MRV.





## PILAR 3. ECONOMIA CIRCULAR

**PROPOSTA GERAL:** Aumentar a produtividade e competitividade da indústria brasileira por meio da promoção e valorização de práticas alinhadas ao conceito de Economia Circular, contribuindo para a redução das emissões de GEE.

### AÇÃO 1

**Atuar junto a organizações internacionais para levar o entendimento do Brasil, e a realidade dos países em desenvolvimento, para o marco normativo internacional sobre o tema Economia Circular**

A CNI lidera a delegação brasileira junto ao Comitê Técnico da ISO sobre Economia Circular (ISO/TC 323) e representa a América Latina e o Caribe no Conselho Consultivo do TC.

### AÇÃO 2

**Construir posicionamento comum que possa servir de base para a implementação de uma estratégia nacional de Economia Circular para o Brasil**

A CNI vem promovendo o diálogo junto ao setor industrial brasileiro, por meio da Rede de Economia Circular da Indústria, para a construção de um texto-base sobre o assunto.

### AÇÃO 3

**Construir ferramenta para mensuração do grau de maturidade das empresas brasileiras em relação às melhores práticas de economia circular, para apoiá-las no aprimoramento de processos, inovações em modelos negócios e captação de recursos**

A CNI vem desenvolvendo esta ferramenta, com sólida base científica, em parceria com o setor acadêmico.

### AÇÃO 4

**Articular junto ao governo e Congresso Nacional a adoção de medidas para superar barreiras fiscais e regulatórias, oferecer incentivos econômicos, bem como simplificar e desburocratizar o sistema de logística reversa de resíduos no país**

A CNI propôs diversas medidas para implementar instrumentos econômicos previstos na PNRS junto ao Poder Legislativo visando a desoneração da cadeia da reciclagem e a simplificação da operação do sistema de logística reversa.

### AÇÃO 5

**Auxiliar os setores industriais brasileiros na elaboração de requisitos de sustentabilidade para as compras públicas**

A CNI publicou cartilhas orientativas para auxiliar o setor privado na definição de requisitos de sustentabilidade, com base na norma ISO 20400 - Compras sustentáveis, que servirão de base para que o governo federal implemente um programa nacional de compras públicas sustentáveis no país.





## PILAR 4. CONSERVAÇÃO FLORESTAL

**PROPOSTA GERAL:** Aumentar a eficácia das ações do governo no combate ao desmatamento ilegal e às queimadas na Amazônia Legal, aliando a liderança brasileira em tecnologias de sensoriamento remoto a ações de comando e controle, com base em dados científicos e inteligência, e incluindo a coordenação e integração das atuações dos governos Federal, estaduais e municipais.

### AÇÃO 1

**Coordenar esforços para efetivar a regularização fundiária, eliminar conflitos socioambientais na área rural e oferecer segurança jurídica a produtores rurais e investidores, criando, assim, um ambiente favorável aos negócios, ao mesmo tempo em que contribui para a conservação da floresta**

A CNI está participando das discussões no Congresso sobre propostas de normativos relacionados à regularização fundiária, de forma a garantir segurança jurídica ao empreendedor e não possibilitar a ampliação do desmatamento ilegal.

### AÇÃO 2

**Fortalecer a integração entre os Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEE) estaduais e estimular os instrumentos de ordenamento territorial para acelerar o processo de licenciamento ambiental de atividades produtivas, proporcionar maior segurança a investimentos governamentais e privados e orientar a titulação de terras públicas**

A CNI apoia a utilização de instrumentos de ordenamento territorial para identificar o potencial e as restrições de uso de cada região e orientar os investimentos, considerando a capacidade de suporte do meio ambiente.

### AÇÃO 3

**Aprimorar e fortalecer a Lei de Gestão de Florestas Públicas para aumentar a atratividade do negócio e desburocratizar os processos para os empresários e gestores públicos**

A CNI apoia o aprimoramento do marco regulatório em discussão no Congresso Nacional, garantindo a proteção da floresta e aumentando a atratividade das concessões florestais, com base na experiência adquirida na implementação da lei atual, de 2006.

### AÇÃO 4

**Promover a bioeconomia como vetor de desenvolvimento sustentável da região amazônica e manutenção da floresta em pé, através da atração de investimentos privados e direcionamento de investimentos públicos para P&D&I**

A CNI está trabalhando na melhoria do ambiente jurídico para o uso sustentável da biodiversidade e no fortalecimento das parcerias entre o setor público e privado nos projetos de P&D&I.

